

AIRR 132200-53.2009.5.13.0006 - Publicação: DEJT 25.11.2011

Relator: Min. José Roberto Freire Pimenta

Agravante: Tim Nordeste S.A.

Agravado: Ministério Público do Trabalho da 13ª Região

Procurador Dr. José Caetano dos Santos Filho

EMENTA : AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA -INOBSERVÂNCIA DAS NORMAS DE HIGIENE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR - MULTA.

Recurso de revista que não merece admissibilidade em face da aplicação das Súmulas nos 296, item I, 297, itens I e II, e 337, item I, letra a, desta Corte, bem como porque não restou configurada, de forma direta e literal, nos termos em que estabelece a alínea c do artigo 896 da CLT, a alegada ofensa aos artigos 5º, inciso II, da Constituição Federal e 461, § 6º, do Código de Processo Civil, pelo que, não infirmados os fundamentos do despacho denegatório do recurso de revista, mantém-se a decisão agravada por seus próprios fundamentos. Ressalta-se que, conforme entendimento pacificado da Suprema Corte (MS-27.350/DF, Rel. Min. Celso de Mello, DJ 04/06/2008), não configura negativa de prestação jurisdicional ou inexistência de motivação a decisão do Juízo *ad quem* pela qual se adotam, como razões de decidir, os próprios fundamentos constantes da decisão da instância recorrida (motivação *per relationem*), uma vez que atendida a exigência constitucional e legal da motivação das decisões emanadas do Poder Judiciário. Agravo de instrumento desprovido.

ED-AIRR 9040-19.2007.5.22.0003 - Publicação: DEJT 25.11.2011

Relator: Min. Pedro Paulo Manus

Embargante: Águas e Esgotos do Estado do Piauí S.A. - Agespisa

Embargada: Companhia de Habitação - Cohab

Embargada: Cooperativa de Trabalho em Serviços Gerais - Cooserg

Embargado: Ministério Público do Trabalho da 22ª Região

Embargada: Companhia Editora do Piauí - Comepi

DECISÃO: , por unanimidade, acolher os embargos de declaração, com efeito modificativo, para, reconsiderando o acórdão às fls. 191/192, analisar o agravo de instrumento. Também à unanimidade, não conhecer do agravo de instrumento.

EMENTA : EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. A SBDI-1 desta Corte entende ser desnecessária, para o exame da controvérsia, a juntada de procuração do agravado, litisconsórcio passivo, condenado de forma subsidiária. Assim, acolho os embargos de declaração, com efeito modificativo no julgado, para analisar o agravo de instrumento em

recurso de revista da reclamada. Na forma da Orientação Jurisprudencial nº 282 da SBDI-1 do Tribunal Superior do Trabalho, passo a análise dos demais pressupostos extrínsecos e intrínsecos deste apelo.

AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. AGRAVO QUE NÃO ATACA O DESPACHO DENEGATÓRIO. DESFUNDAMENTADO. Não se conhece do agravo de instrumento interposto em face do despacho que denegou seguimento ao recurso de revista, quando a parte agravante não se insurge, em nenhum momento, em face dos óbices apontados na decisão agravada; quais sejam, a Súmula nº 333 desta Corte e também não rebate a assertiva de que não houve violação dos dispositivos indicados. Assim, não se considera fundamentado o agravo que se limita a fazer consideração sucinta e genérica. Incidência da Súmula nº 422 do Tribunal Superior do Trabalho. Agravo de instrumento de que não se conhece.

AIRR 145800-19.2001.5.03.0001 – Publicação: DEJT 19.10.2012

Relator: Min. Waldir Oliveira da Costa

Agravante: PROSEGUR BRASIL S.A. - TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA

Agravado: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Agravada: TRANSPORTADORA OURIQUE LTDA.

AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA NA FASE DE EXECUÇÃO. COMPRA E VENDA DE ATIVOS. SUCESSÃO TRABALHISTA. RESPONSABILIDADE DO SUCESSOR. CONTROVÉRSIA FÁTICA E INFRACONSTITUCIONAL. Não se dá provimento a agravo de instrumento que pretende destrancar recurso de revista interposto em desacordo com a exceção constante do art. 896, § 2º, da CLT. No caso vertente, o reconhecimento de responsabilidade da empresa sucessora pelas obrigações trabalhistas da sucedida, fixada nas Instâncias ordinárias ao rés da prova e da legislação ordinária (arts. 10 e 448 da CLT), não viola a literalidade do art. 5º, II, LIV e LV, da Constituição Federal, mesmo porque esses postulados foram plenamente observados. **Agravo de instrumento a que nega provimento.**